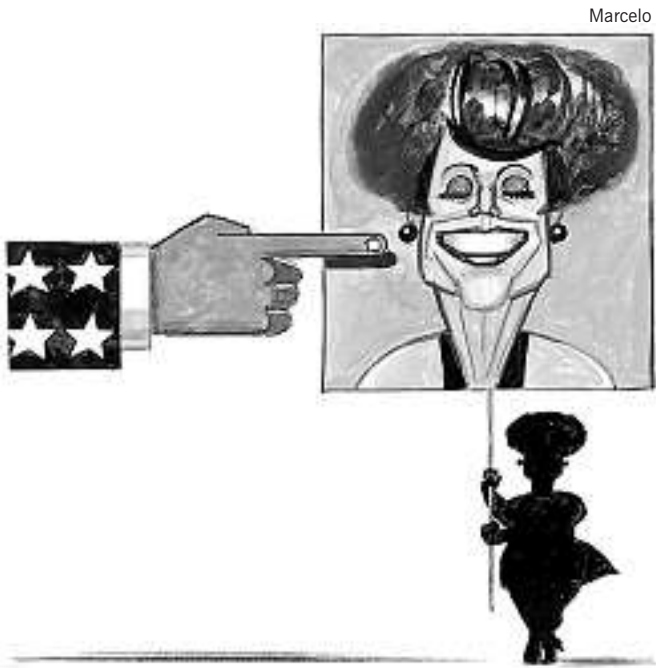


VERISSIMO

Outra carta da Dorinha

Recebo outra carta da ravissante Dora Avante. Dorinha diz que só revela a sua idade sob tortura e se o torturador pedir com modos, mas nega que tenha sido a primeira brasileira a usar biquíni numa praia e que só não tirou a parte de cima porque o padre Anchieta estava por perto. Dorinha instruiu seus netos a chamá-la de “Mana” em público e no espaço para a data de nascimento na sua carteira de identidade lê-se “Adivinha”. Aliás, a questão da identidade tem sido um problema para Dorinha e seu grupo, as Socialaites Socialistas, que hoje defendem um socialismo moreno, bem moreno, na linha do Barack Obama, para o Brasil. Como todas estão usando botox, ninguém reconhece mais ninguém, os rostos não combinam com o do crachá e as reuniões do grupo têm sido caóticas. No outro dia Tatiana (“Tati”) Bitati desconfiou que Cristina (“Ki”) Coisa não fosse Cristina (“Ki”) Coisa e sim um travesti e as duas se atracaram e rolaram pelo chão. Apesar disso, as reuniões têm se realizado e... Mas deixemos que a própria Dorinha nos conte. Sua carta chegou, como sempre, escrita com tinta grená num papel



turquesa, perfumado com “Ravage Moi”, sua fragrância favorita. Que, como se sabe, foi proibida em vários países depois de causar tumultos. “Caríssimo: beijíssimos! Estamos em campanha! As Socialaites Socialistas lançarão meu nome para concorrer à Presidência da República. Iremos

atrás do voto feminino com o slogan ‘O que é que qualquer outra candidata mulher não tem que eu também não tenho?’ Como você sabe, me separei do meu último marido, o Senador (ou era deputado?, nunca perguntei), quando descobri que ele estava viajando todos os meses para Miami ou Paris com uma amante diferente, com passagens pagas pelo Congresso, portanto, pelo contribuinte — portanto, por mim! Quando ele dizia que estava indo ‘perscrutar as bases’ estava se referindo às bases das moças. Mas estou pensando em me reconciliar com ele, pois vou precisar de passagens de graça para levar a todo o país minha mensagem de moralização e austeridade, além de contar com o seu remorso para suprir minha caixa dois. A Dilma tem o Lula mas eu vou atrás do apoio do Barack, se conseguir encontrá-lo longe da Michelle. Exporei meu programa econômico, que é parecido com o dele — muito dinheiro para os ricos em dificuldade, que, afinal, são a nossa gente —, e se isto não funcionar... Bem, sempre tem aquele meu pretinho com o decote em V profundo, que até hoje nunca falhou. Só o que eu quero é uma frase do Barack: ‘That’s my girl.’ Da tua esperançosa Dorinha.”

Motivos para pânico

JOÃO UBALDO RIBEIRO

Como sabemos, existem muitas frases comumente repetidas a cujo uso nos acostumamos tanto que nem observamos nelas patentes absurdos ou disparates. Das mais escutadas nos noticiários, nos últimos dias, têm sido “não há razão para pânico” e “não há motivo para pânico”, ambas aludindo à famosa gripe suína de que tanto se fala. Todo mundo as ouve e creio que a maioria concorda sem pensar e sem notar que se trata de assertivas tão asnáticas quanto, por exemplo, a antiga exigência de que o postulante a certos benefícios públicos estivesse “vivo e sadio”, como se um defunto pudesse estar sadio. Ou a que apareceu num comercial da Petrobras em homenagem aos seus trabalhadores, que não sei se ainda está sendo veiculado. Nele, os trabalhadores “encaram de frente” grandes desafios, como se alguém pudesse encarar alguma coisa senão de frente mesmo, a não ser que o cruel destino lhe haja posto a cara no traseiro. Em rigor, as frases não se equivalem e é necessário examiná-las separadamente, se se desejarem enxergar as inanidades que formulam. No primeiro caso, pois o pânico é uma reação irracional, comete-se uma contradição em termos mais que óbvia. Ninguém pode ter ou deixar de ter razão para pânico, porque não é possível haver razão em algo que por definição requer ausência de razão. Então, ao repetir solenemente que não há razão para pânico, os noticiários e notas de esclarecimento (e nós também) estão dizendo uma novidade semelhante a “água é um líquido” ou “a

comida vai para o estômago”. Se as palavras pudessem protestar, certamente Pânico escreveria para as redações, perguntando ofendidíssimo desde quando ele precisa de razão. Nunca há uma razão para o pânico. A segunda frase nega uma verdade evidente. É também mais do que claro que não existe pânico sem motivo, ou seja, o freguês entra em pânico porque algo o motivou, independentemente de sua vontade, a entrar na desagradabilíssima sensação de pânico. Ninguém, que eu saiba, olha assim para a mulher e diz “mulher, acho que vou entrar em pânico hoje à tarde” e, quando a mulher pergunta por quê, diz que é para quebrar a monotonia. Todo pânico requer um motivo, defensável ou não, reprovável ou não. Portanto, ao repetir solenemente que não há um motivo para pânico, estamos dizendo uma besteira

equivalente a “as bactérias se originam do ar” ou “o carro deu partida sozinho e atropelou um transeunte”. Até a própria frase podia ser motivo para pânico. E, se as palavras pudessem protestar, Motivo escreveria às redações, perguntando ressentidíssimo desde quando ele precisa de razão e por que pegam no pé dele e não pegam no pé de Justificativa, por exemplo. Sempre há um motivo para o pânico. Diríamos melhor, por conseguinte, se disséssemos que não há razão para alarme e atos precipitados ou que o pânico é no mínimo inútil e geralmente perigoso. Mas é assim que se fala e acabou-se. E tenho certeza que, da mesma forma que muitos de vocês, acho bem maior besteira manter qualquer preocupação, quanto mais entrar em pânico, por causa dessa gripe, a não ser quanto a cuidados elementares de higiene, como lavar as mãos de

vez em quando. Não encampo nem mesmo a cuidadosa orientação do governador José Serra, que recomendou, para que evitemos nos contagiar, não deixarmos que nenhum porquinho espirre na nossa cara. Sei que isso é comum e não é um hábito saudável, mas ocorre que li nos jornais que não se registrou ainda nenhuma ocorrência de porco contaminado por essa gripe. Parece que ele apenas vem sendo usado como — perdão — porco expiatório. Sim, corro o risco de ser acusado de inimigo da saúde pública, mas pensem se, para a maior parte de nós, não é perda de tempo acrescentar mais essa preocupação e esse medo a nosso já bem fornido cotidiano. Em primeiro lugar, nem essa gripe nem qualquer outra têm cura e continua a valer o velho aforismo segundo o qual a gripe é uma doença que, se você for ao médico, se cura em

uma semana e, se você não for ao médico, se cura em sete dias. Os remédios antivirais que andam badalando (e principalmente vendendo — esse tal de mercado é danado mesmo) não curam gripe nenhuma e as vacinas existentes não servem para a suína. E por aí o negócio vai, terminando por impor-se a conclusão de que, mesmo que se queira, não se pode fazer nada, a não ser rezar. E há um amplo aqui-entre-nós, a considerar. Aqui entre nós, diante dessa conclusão inescapável, não dá para o sujeito se sentir meio palhaço, se azafamando em cautelas inúteis contra uma gripe, quando é muito menos improvável que seja vítima de assalto, bala perdida, atropelamento, desabamento, fila do SUS e assombrações diversas a que estamos sujeitos, em meio à nossa vasta insegurança pública? E, se essa gripe vier, ao contrário do que têm dito especialistas, a revelar-se de fato devastadora, a proteção impecável que o governo vem se gabando de nos dar realmente funcionará? Por que não funcionou e não funciona contra a dengue, que continua matando a torto e a direito e pode atingir qualquer um, a qualquer momento? Por que não funciona em tantas outras áreas? Em suma, nada de preocupação, porque não há nada que possamos fazer. Não precisamos nem observar cautelas extremas, como deixar de ir ao cinema para evitar locais fechados, na companhia de muita gente. Não abramos a guarda, até porque, se um congressista da ala do lixo descobrir, vai apresentar projeto concedendo a cada parlamentar um adicional de periculosidade que compense a perda das passagens. Motivo para pânico, sem dúvida.

JOÃO UBALDO RIBEIRO é escritor.

Recuperação e mudanças climáticas

ANTÔNIO PALOCCI

Há uma polêmica em curso, em diferentes países, sobre os efeitos das políticas para as mudanças climáticas na recuperação econômica. Algumas autoridades econômicas alegam que políticas ativas de redução de emissões de carbono imporiam custos de difícil absorção num movimento de recuperação ainda cercado de dúvidas. Com a elevação dos gastos com pesquisas de novos materiais, incentivo a combustíveis renováveis, preservação de florestas e outros mecanismos de redução de carbono, estaríamos, de acordo com essa visão, impondo travas adicionais ao ciclo econômico, em detrimento de um crescimento mais desregulamentado e mais acelerado. Uma discussão mais a fundo parece, no entanto, não dar sustentação a essa tese. O fato é que, mesmo ficando nos cálculos econômicos de curto prazo, há evidências razoavelmente sólidas de que um

sistema de incentivos a uma economia menos dependente do carbono poderia trazer mais benefícios do que obstáculos à recuperação econômica. Para uma visualização prática da questão, podemos considerar três exemplos de políticas de redução de carbono: o sistema de limite e comércio de emissões, conhecido como cap and trade; o incentivo à pesquisa e à produção de combustíveis renováveis; e os programas de pagamento por serviços ambientais (PSAs). Uma breve reflexão sobre eles pode trazer alguma luz. O sistema cap and trade deverá trazer, sim, um aumento de custo para todas as atividades que dependam da queima de combustíveis fósseis. Seria ingenuidade afirmar o contrário. Mas o estabelecimento desse sistema com prazos

razoáveis de implantação e com metas progressivas pode, no curto prazo, incentivar as melhores empresas a realizarem inovações e investimentos em novas plantas de menor emissão e em sistemas de sequestro de carbono, entre outros. Seria um saudável incentivo ao investimento, que se encontra praticamente paralisado pelo excesso de capacidade instalada num mundo que passou a consumir bem menos. A Petrobras, mesmo na ausência de normas impositivas, tem feito projetos promissores de sequestro de carbono. Com custos, claro. Mas são as empresas que se colocam à frente de seu tempo que vão colher os melhores frutos no futuro. Já o incentivo à pesquisa e à produção de combustíveis renováveis também implica custos. Nos primei-

ros anos do Proálcool, chegou-se a pensar que o programa dependeria eternamente de subsídios governamentais. Hoje, o etanol carburante de cana disputa com os combustíveis fósseis tanto no terreno ambiental como no econômico. E com os motores flex o consumidor pode optar a cada dia pelo combustível mais barato. Este é um excelente exemplo de programa com custos iniciais importantes, revertidos em ganhos permanentes para as divisas do país, a saúde da comunidade e o bolso dos consumidores. O terceiro exemplo — dos programas de pagamento por serviços ambientais — conta com poucas experiências no mundo. No Brasil, há projetos tramitando no Congresso e o estado do Amazonas saiu na frente, com um PSA de grande valor para a população rural de baixa renda e para a preservação da floresta amazônica. É um tipo de Bolsa Família, com a contrapartida dos serviços de preservação ambiental. Vale a pena conhecê-lo para compreender o ganho econômico e social que ele gera.

Um debate dessa natureza exige estudos mais profundos. Mas a observação de experiências em andamento e histórias recentes mostra que a introdução de mecanismos diversificados de redução de carbono, embora sempre signifique algum custo inicial, pode levar a ganhos econômicos importantes a médio e longo prazo. A preservação do planeta já deveria ser motivo suficiente para trabalharmos por uma iniciativa nesse campo. Mas, do ponto de vista estritamente econômico, os ganhos também existem. Inclusive incentivando, pela via da inovação tecnológica, a retomada do crescimento nas economias mais desenvolvidas, hoje em recessão. Somente lideranças obscuras e descoladas do nosso tempo poderiam negligenciar esse desafio.

ANTÔNIO PALOCCI é deputado federal (PT-SP) e foi ministro da Fazenda.